

Galvêas prevê liberação dos recursos em outubro

14 SET 1983

Credito Externo

JOHN ALIUS
Nosso correspondente

NOVA YORK — O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, disse ontem esperar que o Fundo Monetário Internacional volte a liberar as parcelas dos empréstimos ao Brasil até meados do próximo mês. Galvêas, de retorno ao Brasil após reuniões em Washington com executivos do Fundo Monetário Internacional e de outras instituições bancárias, e com banqueiros privados em Nova York, disse que a nova carta de intenções sobre o programa econômico do governo brasileiro, que foi descrita terça-feira ao FMI, será assinada formalmente hoje e entregue ao Fundo antes do final da semana.

"Depois disso, tudo será estudado pelo diretor-administrativo do FMI (Jacques de Larosière) e pelos seus técnicos, e submetido à diretoria. Acredito que podemos esperar que a liberação das parcelas seja retomada em meados de outubro", disse Galvêas.

O FMI interrompeu os empréstimos ao Brasil em maio último, quando ficou insatisfeito com os planos do governo para controlar os gastos do setor público e com o índice da inflação brasileira.

Galvêas disse que não pode revelar, por enquanto, o conteúdo da carta de intenções entregue ao FMI, mas acrescentou: "Estamos esperando que a inflação de 1983 seja de aproximadamente 160%. Mas até dezembro temos esperanças de reduzi-la para aproximadamente 5% ao mês". Para 1984, continuou "estamos prevendo uma inflação de aproximadamente 90%, com o índice mensal de aproximadamente 2,5% até o final do ano".

Acentuou que "não houve quaisquer desacordos básicos" entre o Brasil e o FMI em relação ao primeiro plano econômico apresentado ao Fundo, "mas revisões se tornaram necessárias, porque nós tínhamos planejado uma inflação menor em 1983". Afirmou que o índice da inflação "teve de ser revisto em consequência da desvalorização cambial em fevereiro deste ano, seguida por quedas de safra no Nordeste e no Sul, que causaram inflação bem maior do que a originalmente prevista".

O ministro da Fazenda disse que

hoje, aqui em Nova York, juntamente com Affonso Celso Pastore, presidente do Banco Central, ele informou aos presidentes do comitê de banqueiros privados, que aconselha o Brasil a respeito de suas dívidas externas, sobre os detalhes de suas conversas com o FMI.

Acrescentou que, com relação à aprovação do FMI da nova carta de intenções, ele está confiante de que os bancos privados retomarão os empréstimos em larga escala para o Brasil, e com essa finalidade Pastore deverá retornar a Nova York para começar as negociações com eles no final desta semana.

Galvêas negou boatos, que estão circulando entre os banqueiros privados de Nova York, de que mudanças estão iminentes no governo brasileiro entre os membros relacionados com a economia do País. Numa referência específica ao ministro do Planejamento, Delfim Netto, Galvêas disse ser evidente que "Delfim é uma peça importante na economia do Brasil".

Ele também não deu atenção aos temores dos banqueiros privados de que a Lei nº 2.045 será aprovada pelo Congresso ou que, caso aprovada, ela possa causar problemas sociais e políticos.

"A austeridade é necessária", disse ele. "Nós precisamos diminuir a inflação. E enquanto ajustarmos os salários em níveis inferiores ao índice de preços, podemos reduzir a inflação. Nós contamos com isto. Além disso, a austeridade não está sendo aplicada apenas à classe trabalhadora. Os nossos projetos de austeridade afetam a todos — proprietários de terras, industriais, todas as classes. E também o próprio governo, na medida em que ele está controlando os seus gastos."

"Nós precisamos ajustar a economia brasileira às condições mundiais, e teremos de fazê-lo economizando mais para aumentar a nossa estabilidade interna e externa".

Galvêas disse também estar preocupado com o protecionismo praticado pelos países industrializados em relação a determinadas exportações brasileiras, como chapas de aço e suco de laranja, mas acrescentou que isso constitui apenas "um problema menor".